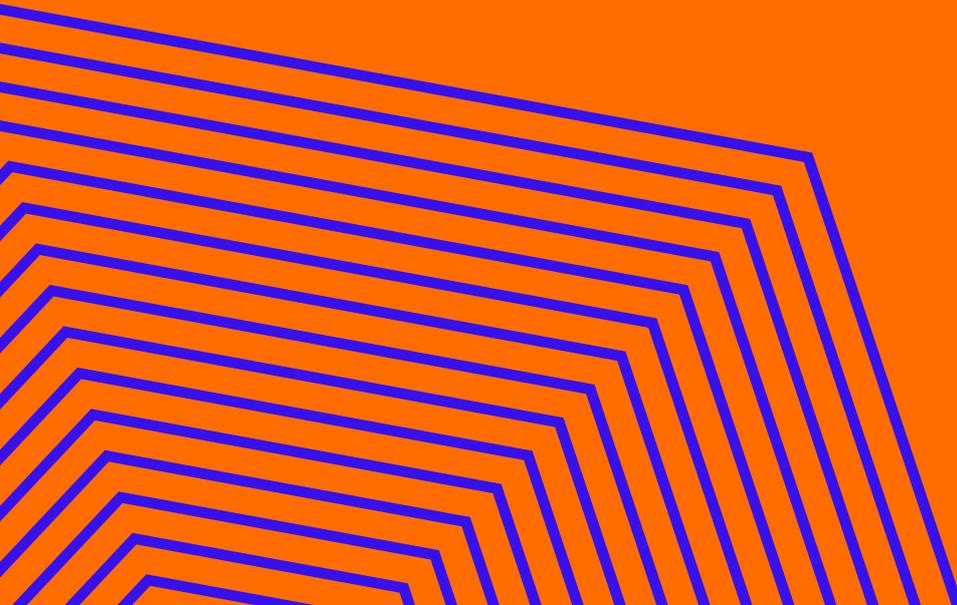


ALEXANDREPOCO.PT
#NALINHADAFRENTE

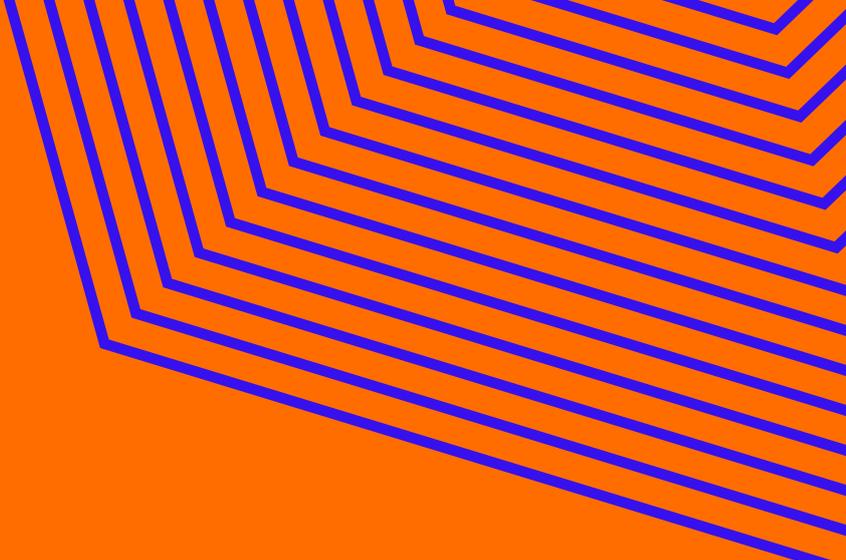
MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

NA LINHA
BA FRENTE

27º CONGRESSO NACIONAL
DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA



1º SUBSCRITOR:
Alexandre Poço



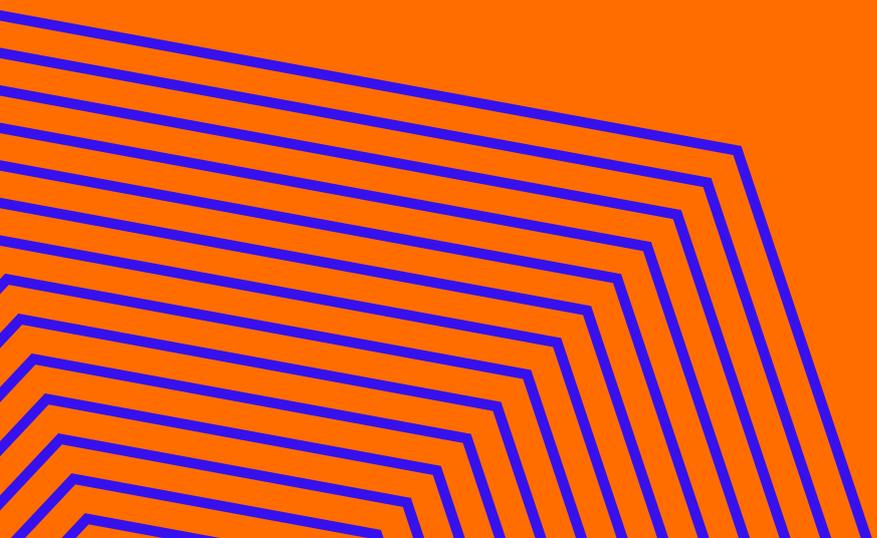
**A JSD NA LINHA DA FRENTE
DA ALTERNATIVA POLÍTICA**



**A JSD NA LINHA
DA FRENTE DO FUTURO**



**A JSD NA LINHA
DA FRENTE DO PSD**



NA LINHA DA FRENTE

Tendo sido eleito pela primeira vez em 2020, volto a pedir um voto de confiança para que a JSD esteja sempre na Linha da Frente.

Na Linha da Frente dos grandes debates da atualidade. Na Linha da Frente no combate à maioria absoluta do Partido Socialista. Na Linha da Frente para garantir que a JSD é uma força moderna, atrativa e cheia de futuro. Mas também, na Linha da Frente da urgente modernização e reforma interna do PSD, à qual as novas gerações da JSD não podem faltar.

Nos últimos dois anos, procurei que a JSD abordasse temas dos quais nos fomos afastando progressivamente ao longo de vários anos e novos temas que são hoje incontornáveis na vida das novas gerações: ambiente e combate às alterações climáticas, cultura, saúde mental, digitalização da sociedade e economia. Acredito que, se somos reconhecidos pelo trabalho constante ao longo de décadas nos temas da emancipação jovem ou pela defesa da reforma do sistema político, então temos de ser capazes de liderar estas causas com pensamento, propostas e ações políticas. A JSD tem de estar na Linha da Frente e vamos continuar neste sentido.

A visão que apresento à JSD assenta na ideia fundamental de que temos de garantir que o elevador social funciona e que um país pujante e desenvolvido como o que queremos necessita de mais desenvolvimento económico, necessita de criar mais riqueza, necessita de uma agenda transformadora e reformista que nos afaste da cauda da Europa. Um país coeso territorialmente e com igualdade de oportunidades para as novas gerações.

O contexto político alterou-se substancialmente com a nova maioria socialista, pelo que a JSD tem de intensificar o combate político, o escrutínio e a fiscalização da atividade do governo, sempre com coragem e ambição. Além do trabalho que desenvolvemos no Parlamento com as intervenções e propostas da JSD, temos de garantir que a oposição se faz também nas ruas, nas escolas, no ensino superior, junto das forças vivas da sociedade civil.

Este é também o momento de fortalecer a nossa comunicação no mundo online, mas também offline. A JSD que me proponho a continuar a liderar tem como objetivo ter a melhor comunicação da política portuguesa. É o momento de rasgar fronteiras, de perceber que continuar a comunicar com as fórmu-

las do passado, continuar a organizar o mesmo tipo de eventos do passado apenas porque sempre os fizemos assim, só afasta em vez de atrair mais pessoas e assim, garantir que somos uma força política do futuro.

Uma juventude partidária como a JSD, com implementação em todo o território nacional, com milhares de militantes, uma forte presença no movimento associativo e centenas de jovens autarcas, tem de dar o exemplo de arrojo, criatividade e frescura, próprias do nosso tempo. Tem de começar por nós este movimento para modernizar a política, comunicar e organizar o que fazemos sem cinzentismo, sem os formatos gastos do passado. Uma JSD de jovens políticos e não uma JSD de políticos que se esquecem que são jovens. Teremos boas oportunidades para concretizar este objetivo: o próximo Congresso Nacional, ou nos 50 anos da JSD que se assinalam em 2024. Além do trabalho diário que desenvolvemos.

Nos últimos dois anos, fizemos um grande investimento em digitalizar/modernizar a JSD e comunicar eficazmente nas nossas redes sociais. Mas não chega. Os números são encorajadores, seja na nossa capacidade de atrair mais jovens através da digitalização da nossa filiação ou de alcance nas redes, mas temos ainda um longo caminho a percorrer. Com rasgo e irreverência.

Se os números eleitorais do PSD na faixa etária abaixo dos 35 anos permitem ter esperança no futuro (é aliás um dos melhores segmentos eleitorais do PSD, contrastando com os maus resultados nas outras faixas etárias), temos de, a partir da JSD, estar à altura desta responsabilidade, fazendo e comunicando política para que a confiança de hoje não se perca no futuro.

Apesar dos constrangimentos pandémicos, os últimos dois anos foram de muito trabalho, que pode ser consultado nas nossas redes ou no website da JSD. Agora proponho-me a intensificar o nosso trabalho político, a abrir e a modernizar a JSD, a experimentar novos formatos políticos, a lutar pelas novas gerações, a dar futuro a uma organização chave da democracia portuguesa. Proponho-me a que a JSD esteja na linha da frente pela reforma do PSD.

Quero continuar a percorrer um caminho ambicioso com todos os militantes da JSD. Quero a JSD na Linha da Frente. Vamos ao combate!

Alexandre Póco

A JSD NA LINHA DA FRENTE DA ALTERNATIVA POLÍTICA

“A JSD deve estar sintonizada com as principais preocupações das novas gerações e apresentar a nossa visão reformista para um outro modelo de desenvolvimento económico e social que tire o país da “cepa torta”, situação em que está há mais de duas décadas.”

As recentes eleições Legislativas de janeiro geraram um novo quadro político, no qual se destaca a maioria absoluta do PS, a pesada derrota do PSD e o fortalecimento dos partidos à nossa direita. **Este novo quadro é extremamente desafiante para a Juventude Social Democrata**, que ao fim de quase 13 anos, volta a ter de lidar com uma maioria absoluta do Partido Socialista.

Todos sabemos quais foram **os resultados e consequências da última maioria PS** (2005-2009), pelo que **o nosso papel de força liderante das novas gerações** terá necessariamente de originar uma **oposição** mais forte e intensa, um **escrutínio** ainda maior da atividade do Governo e a apresentação constante de alternativas às opções decididas pelos socialistas. Ao longo dos últimos dois anos, **a JSD nunca se demitiu de fazer oposição a António Costa**, mas em face das circunstâncias, teremos de intensificar o que temos vindo a fazer com a responsabilidade maior de quem lida com um poder mais absoluto. Teremos de ser vigilantes, assertivos e críticos numa base diária.

Assumo esse compromisso: colocar a JSD **na linha da frente** do combate à maioria absoluta do Partido Socialista.

Em 2024, o PSD voltará às urnas com as Eleições Europeias. Sendo as próximas eleições que disputaremos, cabe à próxima Comissão Política Nacional preparar o quadro político em que estas serão disputadas. Estas eleições serão um momento de avaliação: por um lado, ao desgaste de um Governo que se prevê autofágico, mais preocupado com a sucessão de Costa do que em resolver os problemas dos portugueses. Por outro lado, serão um barómetro relevante para atestar a capacidade de o PSD apresentar uma solução credível, claramente alternativa e assumidamente reformista.

Tal como neste mandato que agora termina, a JSD empenhar-se-á em preparar e apoiar os nossos candidatos, apoiar a futura liderança do PSD e representar as bandeiras da juventude portuguesa.

A oposição ao Governo socialista será um pilar claro da ação da Juventude

Social Democrata num contexto difícil politicamente, mas com sinais encorajadores no que diz respeito ao regresso às ações presenciais. Na pandemia de 2020, fomos pioneiros com o **primeiro Congresso digital** de uma organização política em Portugal. Como um todo, a JSD migrou a sua atividade para o mundo digital. A Comissão Política Nacional não foi exceção.

Ao longo de dois anos, não parámos a nossa atividade devido à pandemia, mas os constrangimentos impossibilitaram a realização de algumas ações políticas emblemáticas da JSD. O regresso progressivo à vida presencial é também encorajador para este trabalho político intenso de oposição, de intensificação do combate político ao PS e de reforço da ação da JSD. Porém, fazer oposição exige também a apresentação de propostas alternativas e opções políticas diferentes.

Ao longo do último mandato, a JSD apresentou propostas sobre vários temas quer no contexto parlamentar quer através de vários documentos políticos que espelham a nossa visão para o futuro de Portugal e das novas gerações. Educação, ensino superior e ciência, emprego e competitividade, habitação jovem, ambiente e combate às alterações climáticas, digitalização da economia e sociedade, saúde e desporto, cultura, sistema político e transparência, e coesão territorial foram temas principais da agenda política da JSD.

A agenda da JSD deve centrar-se sempre nos principais problemas que afetam a vida educativa, económica e social da juventude portuguesa. Continuaremos a fazer das novas gerações o nosso “motto” de ação, pensamento e trabalho. E continuaremos a investir politicamente nos novos temas que, a partir de 2020, ganharam destaque na ação da JSD.

Não podemos compactuar com um país no qual o local onde se nasce ou o rendimento mensal do agregado familiar determina e condiciona o futuro e a ambição de um jovem. A Educação é a base do elevador social. A JSD bate-se pela igualdade de oportunidades à partida e essa igualdade começa na escola. Todos os jovens devem ter acesso a escolas de qualidade com currículos adequados. **A escola tem de ser um garante do funcionamento do elevador social**, a começar no pré-escolar e na infância.

A escola deve acompanhar as grandes transformações da sociedade, até porque o crescimento no século XXI será encabeçado pelos países líderes no conhecimento, no talento e na inovação. Por isso, a escola deve “colocar todas as fichas” na qualidade da aprendizagem. **Portugal não pode continuar a ter um Ministério da Educação ausente**, incapaz de qualquer ação por medo dos sindicatos, que **falha na digitalização e modernização das escolas**,

que não tem respostas para a valorização da profissão de professor e que nada faz perante o cenário de envelhecimento e reforma de uma parte significativa do atual corpo docente.

É frustrante verificar que Portugal tarda em assumir-se como um polo internacional de qualidade no que diz respeito às formações superiores. A **ambição da nossa geração** deve ser a de um país que tem Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem **cursos de elevada qualidade académica e científica**, capazes de atrair talento para o nosso país e de formar diplomados capazes de competir no atual mundo global.

Precisamos urgentemente de **impulsionar uma economia forte**, inovadora, robusta e competitiva, com um crescimento sustentável, caracterizada por **melhores empregos e melhores salários**, que vença o atraso crónico de Portugal, capaz de convergir e descolar da cauda da União Europeia. Portugal tem de ser capaz de **aproveitar os novos fundos europeus** para, finalmente, **construir um Portugal de oportunidades** para as novas gerações. Na JSD, assumimos sem reservas a necessidade de implementar um **choque fiscal** que estimule a economia e impulsione os setores mais dinâmicos e emergentes da sociedade portuguesa a aumentarem a sua produtividade. O país tem de ser audaz para conseguir aproveitar a nova onda de negócios digitais, tendo a ambição de liderar a nível internacional nesta área.

Entendo que a JSD deve defender uma economia que não estigmatize quem investe e quem arranca com o seu próprio negócio. Uma economia que não seja soterrada por um sufoco fiscal. Uma economia que valorize quem cria riqueza, condição sem a qual não conseguiremos fortalecer o Estado Social e proteger os mais vulneráveis da nossa comunidade: dos mais jovens aos mais velhos.

É tempo de reconhecer o problema estrutural do **desemprego jovem** e dos jovens que nem estudam nem trabalham e que, em vez de respostas pífias que só servem para a propaganda, aposte num programa corajoso e ambicioso de **incentivos fiscais** e contributivos para as **empresas que contratem jovens com condições dignas** do ponto de vista contratual e salarial.

Não é admissível a **realidade laboral** das novas gerações em Portugal, seja pelos **hediondos estágios não remunerados** que a JSD tanto tem combatido, seja pela **precariedade** ou dualidade dos vínculos ou pela remuneração com os valores baixos que se conhecem. Uma **nova estratégia económica** para o país, com novos horizontes, com o foco no **aumento do investimento**, das exportações e da produtividade do fator trabalho, deve ter como objetivo

uma forte valorização dos salários médios para que o nosso destino não seja um país em que a maioria dos trabalhadores recebe o salário mínimo.

Será também prioridade o acesso (ou melhor, a falta de acesso) à **habitação**. Conseguir uma casa é um dos temas mais recorrentes nas conversas e nas preocupações da nossa geração. A habitação é um dos pilares mais importantes para a conquista da independência dos jovens.

Conseguir uma casa ou, no limite, um quarto numa casa partilhada é um dos dilemas de vida de cada jovem que inicia a sua vida profissional. O que não faltam são rendas de apartamentos T1 com um valor não muito diferente do salário médio que um jovem consegue ter por mês. Mas este não é um problema apenas dos jovens em começo de vida profissional, é também uma realidade para muitos estudantes que, aos 17/18 anos, entram no Ensino Superior longe da sua casa e família, para prosseguir os estudos e os seus sonhos.

Arrendar ou adquirir uma casa é hoje um dos temas mais importantes da vida das pessoas, e em particular, das novas gerações. Nos últimos anos, o Governo PS tem multiplicado promessas atrás de promessas na área da Habitação. Após vários anos de Governação, os resultados estão à vista: é cada vez mais difícil o acesso à habitação por parte das novas gerações.

Necessitamos de construir um mercado de Habitação livre, solidário, baseado em respostas privadas, públicas e sociais, dirigidas de forma equilibrada a toda a população, não esquecendo as famílias de classe média, os jovens, os estudantes, a população sénior e grupos sociais mais desfavorecidos. As políticas de habitação devem também ser capazes de gerar mais oferta, inovar nas respostas com novas ideias que emergem noutros países e em cidades desenvolvidas.

Um português que queira ter filhos em 2022 confrontar-se-á com um contexto adverso para tomar essa decisão de forma serena e confiante. Temos de agir. Há 2 anos, escrevi que tínhamos de fazer “dos Anos 20 deste século XXI, os Loucos Anos da Natalidade.”

Os baixos salários, os custos com a habitação, as licenças remuneradas parcialmente, as dificuldades em conciliar a vida familiar com a vida profissional, a insuficiente oferta da rede pública de creches e jardins de infância levam muitos jovens a optar por não ter filhos, “pelo menos por agora”, na esperança de que o futuro lhes traga melhores condições. É um futuro que se vai adian-do, para perda dos próprios e do país, como um todo.

A natalidade e a constituição de uma família não são questões menores da vida das novas gerações, nem da vida de uma sociedade. Pelo contrário, são duas das questões mais centrais da existência humana e da subsistência de uma nação. A situação atual, em que muitos portugueses são pais mas não têm como sustentar os seus filhos, ou querem ser pais mas não podem ter filhos, precisa de ser tratada como uma prioridade política.

Observemos países como França, Inglaterra e Suécia, que apresentam os mais elevados índices de natalidade da Europa. Em comum, estes países apresentam o facto de investirem mais em políticas de apoio à família e à infância (indicador “family benefits public spending” da OCDE). Portugal encontra-se no fim da tabela deste indicador, revelando que a natalidade não tem sido uma prioridade nas decisões públicas.

Na infância, Portugal é um dos países onde os pais mais gastam com a educação pré-escolar: cerca de 40% da despesa vem dos orçamentos familiares. A média dos países da OCDE fica-se por menos de 20% dos orçamentos familiares. Estamos a falar de um esforço duas vezes superior para os pais portugueses.

Será coincidência que os países que apresentam maiores investimentos nas famílias sejam exatamente aqueles que possuem os mais elevados índices de fecundidade da Europa? Não poderá ser uma feliz coincidência. É uma infeliz realidade, no caso português. A JSD terá de defender de forma clara o **aumento do investimento** que fazemos **nas famílias**, na maternidade e na infância.

Existirão muitas ideias e formas para o fazer, seja ao nível fiscal, ao nível dos abonos de família ou no âmbito das licenças parentais. Porém, elejo uma medida como prioritária para ajudar a resolver o atual problema ao longo dos próximos anos: a **universalização da creche e jardim de infância**, dos 6 meses – quando termina a licença parental – aos 5 anos, através de respostas sociais, públicas e privadas, criando assim uma rede nacional de creches e jardins de infância tendencialmente gratuitos.

É sabido que estes anos (os primeiros anos de vida) são fundamentais para o crescimento das crianças, possuindo um grande impacto no desenvolvimento futuro das suas capacidades cognitivas e de socialização. É nessa fase de vida que se define muito do que será a pessoa. Quem “arrisca” ter filhos, sabe os esforços a que se sujeitará, nomeadamente no acesso a creches e jardins de infância, sobrelotados, caros, e muitas vezes, sem vagas.

Apostar neste caminho é ter a consciência da realidade atual de muitas famílias, em que pai e mãe trabalham sem poderem contar com suporte familiar (os avós de hoje ainda trabalham), e das dificuldades que enfrentam para que as suas crianças tenham acesso a cuidados e educação desde a primeira infância com qualidade.

A medida, ambiciosa, mas necessária, não esgota tudo o que deve ser feito. Mas o seu forte impacto pode ser um sinal de esperança e apoio para todos aqueles que querem ser pais. Sinal de um país que escolhe a **Natalidade como prioridade**.

Por outro lado, pensar na idade de reforma em Portugal quando entramos no mercado de trabalho é, hoje em dia, uma miragem. É um horizonte que não faz parte das prioridades de um cidadão português que esteja a viver os primeiros anos no mercado de trabalho.

Salvo circunstâncias excecionais, a maioria da juventude portuguesa não tem condições para olhar para as soluções de reforma futura, muito menos pensar como uma prioridade de acompanhamento nos seus primeiros anos contributivos. Uma fatalidade que deve ser invertida e que nos obriga a continuar a questionar que futuro queremos nós, sem saber o que o presente lhe pode dar. Esta constatação espelha a urgência de **reformular o Sistema de Segurança Social**.

A estrutura de um sistema que não garante o seu autofinanciamento, e por sua vez a sua sustentabilidade, um mercado de trabalho com baixas garantias para as novas gerações, o peso da despesa fixa num salário de um jovem para garantir a sua emancipação e a elevada emigração de jovens portugueses, coloca uma pressão tremenda sobre a garantia de pensões de reforma para as novas gerações.

Garantir a reforma do Sistema de Segurança Social **passa por reformar pelo futuro**, passando por olhar para as políticas públicas como um instrumento de proteção a médio longo prazo ao invés de uma ferramenta política de presente. O sistema que hoje apresentamos é arcaico face às soluções que outros países vão desenvolvendo, e que visam essencialmente as novas gerações. A JSD terá de intensificar o debate em torno da reforma da Segurança Social, uma reforma urgente e carece de um olhar sério dos agentes políticos para a salvaguarda do futuro de Portugal.

Na multiplicidade de entraves e dificuldades que têm marcado a atualidade, o grande desafio comum a todas as gerações não foi ultrapassado: continuamos

com o futuro hipotecado pelas **alterações climáticas**. Este paradigma começou a mudar com particular exuberância pelo ativismo da nossa geração, pelo trabalho de pessoas em nome individual e pelos movimentos coletivos que daí resultaram. No entanto, quando o ambiente se tornou finalmente a prioridade da agenda política, o foco mundial alterou-se para o combate à Covid-19, uma ameaça imediata para todo o mundo, e para o combate aos desafios económicos que dela resultaram.

A JSD continuará a defender que vivemos um momento único para construir um novo equilíbrio entre economia, sociedade e ambiente, que garanta não só justiça climática, mas também um desenvolvimento humano sustentável, em simbiose com o meio natural e a biodiversidade natural, garantindo a transição para uma **Economia Verde** que garanta não só o nosso futuro, mas o futuro do nosso planeta. Tal como tenho afirmado desde 2020, a JSD não se pode demitir do debate político sobre o combate às alterações climáticas, nem aceitar o monopólio ou exclusividade política que alguns tentam ter em torno das questões ambientais.

Na sequência de um contexto sanitário sem precedentes, que evidenciou e exacerbou limitações significativas do sistema de saúde quanto à sua missão basilar de garantir a todos os portugueses acesso universal, efetivo e atempado a cuidados de saúde, a JSD deve continuar a exigir **introduzir transformações estruturais fundamentais no SNS** e no quadro das políticas de saúde. A batalha que travámos pela **Saúde Mental** das novas gerações, liderando o combate político na Assembleia da República, deve continuar numa base constante.

Entendo que é igualmente fundamental não negligenciar a componente preventiva da política de saúde, reconhecendo que o seu potencial máximo de ganhos em saúde a médio e longo prazo está inerente a um foco particular nas novas gerações, nomeadamente em matéria de atividade física, literacia em saúde e identificação precoce de perturbações que possam comprometer o pleno desenvolvimento e aprendizagem das nossas crianças e jovens.

A JSD nunca aceitará uma visão monolítica ou exclusiva de hegemonia de um campo político sobre a cultura. Neste sentido, eleger a Cultura como uma das nossas bandeiras é um sinal claro que a JSD dá às novas gerações. Connosco, a Cultura tem espaço nas escolhas políticas. A cultura não tem donos. Desta forma, conseguiremos ultrapassar as visões preconcebidas sobre a nossa ligação ao meio cultural e artístico. Estaremos sempre ao lado dos artistas, dos jovens criadores e agentes culturais.

A cultura deve ser livre, valorizada e alvo de maior investimento por parte do novo Governo. Acreditamos que é tempo de substituir as políticas de sempre com os maus resultados que se conhecem por políticas ousadas, novas e irreverentes que traduzam uma leitura atual dos nossos tempos e da nossa sociedade.

Uma JSD que esteja igualmente comprometida com a **igualdade de género**, um tema e uma preocupação em que a nossa geração tem a responsabilidade de liderar por uma sociedade em que o género não é fator de discriminação e garantimos iguais as oportunidades a todos e todas. A JSD do futuro terá de ter orgulho de combater por esta causa em nome da dignidade da pessoa humana, não se deixando ficar refém daqueles que se consideram donos das preocupações e dos temas.

Em oportuna hora surgiu recentemente o estudo “Os jovens em Portugal, hoje” da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) a partir de um inquérito realizado em junho do ano passado a quase 5 mil pessoas entre os 15 e os 34 anos, em representação dos 2,2 milhões de jovens que constituem esta população no país.

O estudo aborda a participação dos jovens, um tema que é central na JSD. Os dados indicam que são pouco mais de metade (53%) os jovens que declaram que votam sempre que há eleições e 21% os que declaram que votam na maioria das eleições. Os que nunca votam representam 14% das novas gerações.

Se um maior nível de escolaridade impacta significativamente a participação eleitoral (64% dos que votam sempre têm um curso superior, apenas 4% dos que nunca votam têm este grau de ensino), é também relevante e preocupante saber que em cada eleição, olhando para a generalidade dos jovens, **apenas um em cada dois jovens irá de certeza votar** e que quase três em cada dez jovens ou nunca vota ou vota irregularmente.

Podíamos assumir que estes dados resultam de um baixo interesse pela política, mas também aqui, o estudo da FFMS revela indicadores interessantes: 87% dos jovens têm opinião sobre a sua posição política e 59% têm um interesse intermédio, bom ou muito bom na política.

Estes dados sugerem uma conclusão lapidar: os políticos têm de olhar, de uma vez por todas, para estes indicadores. As possíveis soluções, **alterando o sistema eleitoral** ou político, reforçando a responsabilização e a proximidade dos eleitos, são já sobejamente conhecidas. Ao fim de quase 50 anos de

democracia, começa a ser tempo de agir, antes que seja tarde demais e estes não-votantes-jovens se transformem em não-votantes-para-a-vida-toda. Como em tantas áreas no nosso país, as respostas estão pensadas e discutidas. Falta coragem para agir. **A JSD tem de ter essa coragem.**

Os indicadores relativos à participação em ações sociais e políticas também devem merecer reflexão e conseqüente ação. Durante o último ano, a ação social em que mais jovens inquiridos participaram foi «assinar uma petição»: fizeram-no 40% dos 2,2 milhões de jovens que este estudo representa. As únicas outras ações em que durante o último ano participaram pelo menos 10% dos jovens foram: «colaborar com organizações/associações de voluntariado» (16%), «colaborar com uma associação juvenil ou estudantil» (12%) e «participar numa manifestação» (10 %).

Confirmando a percepção empírica, durante o último ano, apenas 5% dos jovens colaborou com um partido político, 5% contactou um político, 4% colaborou com um sindicato, associação ou ordem profissional e em último lugar, apenas 4% participou num comício político. O estudo indica também que 35% dos jovens não participou em nenhuma ação social ou política no último ano.

Se os **dados indicam a existência de opinião e de interesse**, então algo está a falhar na materialização para uma comunidade jovem mais participativa. É urgente que os partidos e movimentos sociais interiorizem estes números e comecem a agir. **Não há fórmulas mágicas, mas há caminhos a seguir**, por exemplo: abrir as estruturas a formas de participação mais pontuais/temáticas, **repensar a organização atual** que vigora basicamente nos mesmos moldes desde o início da democracia, trazer o que há de melhor na tradição americana de “community organizing”, **digitalizar todas as formas de participação**, procurar o apoio (“endorsement”) a posições públicas através de petições que alcancem/envolvam um maior número de pessoas.

Podemos não escolher estas ideias que aqui exploro e adotar soluções diferentes para que as novas gerações participem mais, atuem mais, votem mais. Com os números divulgados por este estudo da FFMS, **a única solução que não podemos escolher é não agir.**

Numa altura em que a credibilidade da classe política foi profundamente abalada por diversos escândalos de corrupção por parte de governantes nacionais no exercício de cargos públicos, os portugueses anseiam – e desesperam – por políticos em que possam confiar. Pessoas íntegras cujo currículo não esteja manchado por associações e interesses duvidosos.

Os portugueses exigem que se **reforme o sistema político** e lhes devolva a confiança na democracia. O **crescimento ininterrupto da abstenção** em Portugal é o corolário do desgaste do regime e, subsequentemente, expressão máxima do afastamento dos cidadãos face ao poder político. Não é de espantar que este seja um contexto **propício ao florescimento** dos múltiplos fenômenos que colocam em causa a democracia: a **corrupção, a desinformação e o populismo**.

O crescimento da polarização política, a descida nos rankings internacionalmente reconhecidos relativos à qualidade da nossa democracia, bem como a afirmação crescente de partidos anti-sistema impele-nos a agir, por forma a atenuar os efeitos que estão a corroer o nosso sistema político e democrático. As instituições são a base de qualquer sistema democrático e se estas não forem fortes, a democracia fica em perigo.

A reforma do sistema político e eleitoral deve ser uma prioridade da nova Assembleia da República, pautando-se por uma aproximação dos eleitos aos eleitores. A JSD continuará este bom combate. **Reformar a política é também garantir uma maior transparência**, sem medos e sem populismos baratos, mas visando materializar medidas que potenciem o escrutínio da atividade política.

Nas últimas décadas, tem-se concentrado o desenvolvimento económico nacional no litoral, deixando as regiões do interior e ilhas em situação desfavorecida, em crescente desertificação e abandono.

Os resultados preliminares do recenseamento geral da população, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) demonstraram que se acentuou o padrão de litoralização, sendo que o próprio INE conclui que na última década “reforçou o movimento de concentração da população junto da capital” no nosso país.

Só haverá desenvolvimento económico e social sustentável do país, se o desenvolvimento chegar a todos os portugueses e a todos os territórios do nosso país. É urgente inverter o ciclo atual e caminhar na construção de um “Portugal por inteiro”. A JSD não aceita fatalismos ou a gestão do declínio, mas sim, apresentamos as nossas ideias e os nossos contributos para garantir que o país é mais coeso. **Defendemos um país em que o local onde nascemos, vivemos, estudamos ou trabalhamos não nos limita**.

A JSD terá igualmente de continuar com uma voz forte e audível nos temas internacionais, projetando nas posições que toma a nossa indiscutível vocação humanista, personalista, europeísta, atlantista e lusófona. No âmbito da

Lusofonia, neste mandato e após mais de 20 anos, a JSD participou numa visita oficial a um país-irmão da CPLP, a Guiné-Bissau, na qual estreitamos laços com as nossas congéneres guineenses e cabo-verdianas.

Continuaremos este caminho na Lusofonia, materializando o acordo de amizade que estabelecemos na visita a Bissau.

Nos últimos dois anos, várias foram as vezes em que a JSD se pronunciou sobre a atualidade internacional. Bielorrússia, Cabo Delgado, Médio Oriente, Cuba, Afeganistão e, mais recentemente, sobre a guerra na Ucrânia, em que a JSD não teve tibiezas. Desde a primeira hora, a JSD esteve ao lado do povo ucraniano na condenação da invasão russa.

A guerra na Ucrânia representa uma ameaça sem precedentes no pós-segunda guerra mundial à paz de que a Europa ocidental goza. Este conflito é mais um marco na política expansionista que a Rússia tem executado desde 2007, com as sucessivas anexações de parte da Geórgia e da Crimeia. Os motivos geopolíticos subjacentes à guerra são de diversa índole e espelham a incapacidade recente que a NATO, os EUA e a UE têm demonstrado para defenderem os seus interesses políticos e militares no passado recente. Após sucessivos fracassos como o Iraque, o Afeganistão e a Síria, o Kremlin apercebeu-se da impunidade de que os seus avanços gozavam e a incapacidade militar que as Democracias ocidentais demonstravam e, motivado por uma ambição megalómana do seu novo “Czar”, partiu para nova ofensiva. Desta terrível conjuntura resultou o desastre humanitário a que estamos a assistir na Ucrânia.

Todos estes motivos geopolíticos são insignificantes perante a miséria e destruição provocadas pelo flagelo da Guerra. **A JSD assumiu o seu cariz humanista e personalista, estando solidária com o povo ucraniano.** Em conjunto com outras juventudes partidárias, organizámos uma manifestação que juntou milhares de pessoas contra a guerra. A JSD continuará ativa e com voz no plano internacional.

Cabe também à JSD liderar o debate político em torno de realidades sociais que hoje temos como futuristas, mas que começam a estar cada vez mais implementadas no nosso quotidiano. A robótica, a inteligência artificial e a realidade virtual atingiram um estado de desenvolvimento que nos permite antever com clareza as suas potencialidades, mas também os seus inúmeros riscos. Para beneficiarmos dos primeiros, enquanto sociedade, temos de ser capazes de controlar os segundos.

A realidade virtual permite-nos, já aos dias de hoje, desenvolver capacidades

e experiências sem os riscos que as mesmas comportariam caso fossem realizadas na nossa realidade material. Tanto do ponto de vista formativo como lúdico, esta dimensão apresenta uma enorme potencialidade. A título de exemplo, a possibilidade de os médicos utilizarem corpos em realidade virtual para a sua formação académica é um avanço histórico e do qual a Humanidade muito pode beneficiar. Na perspectiva lúdica, a realidade virtual pode oferecer uma experiência de gaming inovadora e aliciante.

No entanto, devemos antecipar os riscos para a saúde mental que o desenvolvimento da realidade virtual representa. Esta não pode nem deve ser uma forma de fugir aos problemas da vida real, submergindo num mundo paralelo. **A educação do futuro terá de passar necessariamente por disciplinar o uso destas tecnologias**, evitando que se tornem mais aliciantes do que o mundo real.

Por sua vez, o desenvolvimento da robótica, que é hoje uma realidade perfeitamente instalada, acarretou inúmeras alterações no mercado de trabalho. A tendência de futuro será necessariamente de acentuar este fenómeno, exigindo aos jovens uma maior adaptação laboral. **O ensino será cada vez mais a oferta de um leque aberto de ferramentas**, que podem ser utilizadas em múltiplas áreas, ao invés do tradicional ensino orientado para o exercício de um ofício ou profissão.

A substituição da mão de obra por robôs implicará naturalmente a extinção de muitos postos de trabalho, mas certamente também o surgimento de múltiplas e diversas oportunidades de trabalho. Muitas das quais em empregos que à data de hoje ainda nem sequer existem. Estas potencialidades devem ser acompanhadas de perto pelo legislador, que deve saber ler os sinais dos tempos para antecipar os problemas e desafios que as alterações tecnológicas continuarão a representar para a sociedade. **A JSD deve abraçar estes temas, debater os seus desafios e riscos, e antecipar soluções que são já hoje de um futuro.**

A JSD NA LINHA DA FRENTE DO FUTURO

“Uma JSD de jovens políticos e não uma JSD de políticos que se esquecem que são jovens.”

Se há uma causa que me move há muito é a de garantir que a JSD se moderniza, se torna uma estrutura ágil, flexível, que se digitaliza, que comunica com irreverência e alcance, que reduz a burocracia interna e o papel. Esta vontade tem sido uma prioridade política desde o primeiro dia após o último Congresso da JSD.

Acredito que se melhorarmos a nossa organização no sentido da sua modernização e garantirmos que a JSD transpira a futuro, seremos mais fortes na ação externa, na atratividade da estrutura, na capacidade de filiar e na projeção global da JSD.

O regresso definitivo à nossa vida presencial tem de significar também que entendemos as aprendizagens digitais que a pandemia nos deu, e sermos capazes de reforçar a ação política presencialmente ao mesmo tempo que facilitamos a vida a todos os dirigentes e militantes da JSD com a contínua aposta na digitalização.

Neste mandato, demos um passo importante nesse sentido, com a **Filiação Digital de militantes menores**, concluída em dezembro de 2020, mas também com a nova **Biblioteca Digital**, com a atualização do website da JSD, e queremos ir mais longe, digitalizando processos e atos que caracterizam o dia-a-dia da JSD.

A **digitalização da JSD** é um processo que não terminará nos próximos dois anos, mas que queremos avançar de forma significativa. Este deve ser um objetivo comum a toda a estrutura e a todos os militantes. Continuaremos junto do PSD a batalhar para garantir que alcançamos reivindicações antigas relacionadas com a nossa vida administrativa e na gestão da militância. É o futuro da JSD que está em causa. Avançar com a digitalização **é ganhar o futuro.**

É também importante que a JSD continue a comunicação de forma ousada, irreverente e atrativa. Se é certo que não há forma possível que salve a ausência de conteúdo, é também verdade que temos de conseguir conjugar conteúdo de qualidade com uma forma de excelência, ou seja, com uma comunicação irrepreensível.

Assumimos o compromisso de **intensificar a comunicação offline**, não só através de outdoors, como de momentos na rua. A JSD terá de apostar no

marketing de guerrilha. Nos meios de comunicação secundários em que já existimos, vamos intensificar a comunicação com conteúdos atrativos ao nosso público, com conteúdos em que reclamamos os direitos desta geração. Por outro lado, a JSD deve procurar entrar em novos canais de comunicação secundários, de forma a conseguir chegar a novos targets, à nova geração.

É também importante reconhecer que as necessidades de comunicação da JSD não se restringem apenas à Comissão Política Nacional, e que toda a estrutura necessita hoje de melhorar a sua comunicação, assegurando qualidade nos conteúdos. **Procuraremos encontrar uma solução para proporcionar meios às estruturas locais para que estas possam comunicar de forma eficiente.**

É ainda relevante para a JSD melhorar a nossa capacidade de tratamento de dados e gestão da nossa interação com os militantes. Temos de conseguir trabalhar os dados dos nossos militantes para que estes se identifiquem com a nossa comunicação, não só por idade mas também por áreas de militância e interesses setoriais.

A JSD tem feito um esforço contínuo ao longo dos últimos anos para **melhorar a sua comunicação**, e neste mandato que agora termina, este trabalho tem sido visível no aumento substantivo do alcance, visibilidade e relevo das nossas publicações nas redes sociais, mas também nos media, com **uma presença regular em notícias e artigos de opinião**. No mundo de hoje, não há atividade política sem narrativa e comunicação eficaz. A JSD terá de continuar a investir significativamente neste eixo.

Nos últimos tempos, tenho vindo a concluir que, muitas vezes, na JSD se mimetizam eventos apenas porque sempre se foram realizando da mesma forma ou porque os vemos realizar de determinado modo no PSD. É certo também que, em toda a estrutura da JSD, assistimos também a **tentativas bem sucedidas de inovar**, de rasgar horizontes, de fazer diferente **com qualidade e irreverência**.

Este tem de ser o **caminho do futuro**. Pensar criticamente antes de fazer, realizar ou organizar. Cada evento, cada iniciativa constitui uma oportunidade de mostrar a nossa marca, a nossa identidade, a nossa vontade insaciável de modernizar a JSD e sintonizar a nossa estrutura com o que de melhor, mais inovador e ousado se faz nos dias de hoje.

O regresso à vida presencial constitui aqui também uma excelente oportuni-

dade. Para inovar. Para fazer diferente. Voltaremos a organizar a célebre **Universidade de Verão**, os **Encontros Nacionais de Concelhias, Estudantes e Autarcas**, a par de eventos que lançámos neste mandato em formato digital, como é o caso do **JSD on Boarding**, que agora queremos voltar a organizar em formato presencial, ou um novo **Congresso da Coesão Territorial**.

Aproximamo-nos a passos largos dos 50 anos da JSD, pelo que pretendo que a JSD assinale esta data de forma especial, com um ano de comemorações de uma organização histórica da democracia portuguesa, a começar em julho de 2023. A JSD, o seu legado, o seu património, mas acima de tudo, o seu presente e futuro, exigem que saibamos estar à altura de uma data simbólica de relevo para todos nós.

No caso da **Universidade de Verão**, maior escola de formação política em Portugal, queremos que regresse em força e com inovação já em 2022, garantindo que continuamos a proporcionar uma experiência única a todos os participantes desta Academia.

Num quadro político de eleições europeias no espaço temporal de dois anos, voltaremos a organizar a **Universidade da Europa**, formando os nossos quadros para os valores europeístas e pensando em conjunto com os nossos militantes os inúmeros desafios que a União Europeia enfrenta.

Fruto da pandemia, não conseguimos ainda organizar o **JSD Shark Tank**, um concurso de empreendedorismo destinado às concelhias, que assumimos o compromisso de realizar no próximo mandato. Teremos de intensificar a formação política, que neste mandato foi exclusivamente digital, através de formações políticas descentralizadas junto das estruturas, militantes e autarcas da JSD. Por outro lado, teremos de repensar a formação política no seio da nossa estrutura, garantindo a regularidade da mesma, inovando nos formatos, conjugando a formação presencial com a formação digital.

Ao longo dos últimos dois anos, a pandemia limitou a nossa ação junto das escolas, faculdades e politécnicos, pelo que a nossa presença regular ao longo do ano letivo deve ser assegurada no próximo mandato, voltando em força às instituições de Ensino. **Foi neste mandato que uma proposta da JSD no Parlamento permitiu a milhares de estudantes a realização de exames de melhoria no Secundário**. As nossas atividades junto das academias devem pautar-se por ações deste género: ampliar a mensagem da JSD como estrutura que se preocupa com o futuro dos estudantes e das novas gerações.

É também relevante equacionar novos formatos ou fóruns para discussão temática, que permita o envolvimento de todos os militantes da JSD na produção de pensamento e propostas políticas. **Chamar todos para o debate das causas que interessam a todos**, dando força à organização temática da nossa JSD, ao mesmo tempo que construímos soluções políticas para a agenda da JSD. Acredito que com **mais envolvimento, mais debate** e discussão, **as nossas propostas saem mais reforçadas**, pelo que continuaremos e aprofundaremos a dimensão temática e setorial da JSD, permitindo que cada militante possa contribuir com o seu pensamento para as áreas com as quais se identifica mais.

Com o lançamento do livro em memória de Francisco Sá Carneiro no 40.º aniversário da sua morte, a JSD voltou às bancas com obras publicadas. Pretendemos dar continuidade a este trabalho, com a publicação de obras de pensamento político próprio que expressem a qualidade das produções políticas internas que os militantes da JSD têm demonstrado. A JSD tem uma longa tradição de publicações - cujo expoente máximo é o PPJP - Projeto Político para a Juventude Portuguesa - que pretendemos manter e alavancar .

Estes são os vetores principais para uma JSD **moderna, dinâmica e de futuro**. Quero que todos estejam envolvidos neste movimento de futuro pelo futuro da nossa Juventude Social Democrata.

A JSD NA LINHA DA FRENTE DO PSD

“Se queremos um PSD grande para a nossa geração, então temos de ir a jogo e ajudar - com as nossas ideias - à reforma interna do PSD.”

O PSD sofreu um duro golpe nas últimas Eleições Legislativas. Depois de uma legislatura de estagnação e adiamento de reformas, uma crise artificial serviu para que António Costa se livrar dos seus parceiros da primeira hora e governar sozinho. O PSD não conseguiu apresentar a alternativa reformista que os portugueses exigiam e Portugal precisava. Neste momento de reflexão devemos começar com uma introspecção. **Começar por olhar para nós.**

Apesar deste momento difícil, acredito que na família social-democrata continua a morar uma casa com um passado marcante e um futuro auspicioso. O PSD tem representantes preparados para o combate político: temos a segunda maior bancada parlamentar da Assembleia da República, um Grupo de deputados no Parlamento Europeu, duas Presidências de Governo Regionais, mais de uma centena de presidentes de Câmara e milhares de autarcas pelo País.

Dentro de portas, este corpo tem vários membros capacitados, ainda que alguns tenham atravessado fases de alguma dormência. O **CEN** é um espaço de discussão temática fulcral para que o partido chame a si os setores mais dinâmicos da sociedade portuguesa. Os **TSD** podem - e devem - assegurar uma implementação estrutural do PSD no sindicalismo humanista, despedido de dialéticas marxistas. O **Instituto Francisco Sá Carneiro** representa uma tremenda oportunidade de o PSD ter um think tank aberto, capaz de produzir conhecimento científico, de captar investimento e de divulgar o PSD de forma atrativa. Por fim, a **JSD**.

A JSD é a estrutura autónoma mais antiga e relevante do PSD, mantendo com o nosso partido uma relação umbilical desde a sua fundação. A JSD tem como missão promover a social democracia personalista no seio da sociedade portuguesa, tendo assumindo um papel preponderante na implementação do PSD junto da juventude portuguesa ao longo de várias gerações.

Hoje o PSD funciona de forma praticamente idêntica àquela que foi gizada aquando da sua fundação. Apesar dos recentes esforços, o partido continua extremamente atrasado no que concerne à digitalização. A larga maioria dos procedimentos continua a ser em papel, implicando custos monetários, ambientais e temporais desnecessários. **O mundo digital oferece uma panóplia de**

potencialidades que estamos a negligenciar, mantendo o funcionamento do partido em termos semelhantes àqueles que vigoravam quando só se comunicava por telefone fixo e carta.

A participação política no seio do PSD é extremamente limitada para a generalidade dos militantes de base. A estrutura territorial assumidamente hierarquizada obriga a que os militantes de base se preocupem essencialmente com a política do seu concelho, independentemente de esta constituir uma das suas preferências ou foco de interesse. Os militantes de base encontram à sua disposição reduzidos fóruns de participação ativa, ficando essencialmente na dependência da convocatória de plenários concelhios ou da existência de pontuais iniciativas.

O partido e os seus militantes carecem de uma oferta atrativa e constante, capaz de mobilizar a base de militantes e ser apelativa para a generalidade dos cidadãos. Esta deve passar por uma componente formativa, que permita **aumentar a literacia política e capacitar os militantes social democratas para o combate político**, bem como por uma política de convívio entre militantes. A partilha destes espaços comuns provoca o diálogo e a confraternização, imperiosos para que tenhamos um partido unido e empenhado em retirar o Partido Socialista do poder.

A inscrição no PSD exige formalidades e burocracias que não se coadunam com um mundo e uma geração que funcionam à velocidade de um clique. Se por um lado entendemos e aceitamos que é necessário exigir formalismos suficientes para garantir a autenticidade da declaração de vontade dos potenciais militantes, por outro lado temos de reconhecer que caímos num formalismo bacoco e perigosamente afunilador. São muitos os potenciais militantes que, após sucessivas tentativas de filiação rechaçadas, desistem do processo. Este é um luxo a que o PSD não se pode dar, ainda para mais num contexto de maior competição pelo eleitorado à direita.

O PSD deve apostar em reinventar a forma como comunica com os portugueses. A comunicação política desenvolveu-se a uma velocidade vertiginosa, mas, uma vez mais, o nosso partido não teve capacidade para a acompanhar. Os cartazes políticos representam hoje uma forma de comunicação privilegiada, mas para passar a nossa mensagem não podemos apresentar os tradicionais semblantes sorridentes dos candidatos, acompanhados por slogans inócuos e repetitivos sob fundo branco. Sendo dispendiosos, estes cartazes não aumentam em nada a nossa base eleitoral. É possível apresentar uma linha de comunicação disruptiva sendo um partido sério de vocação

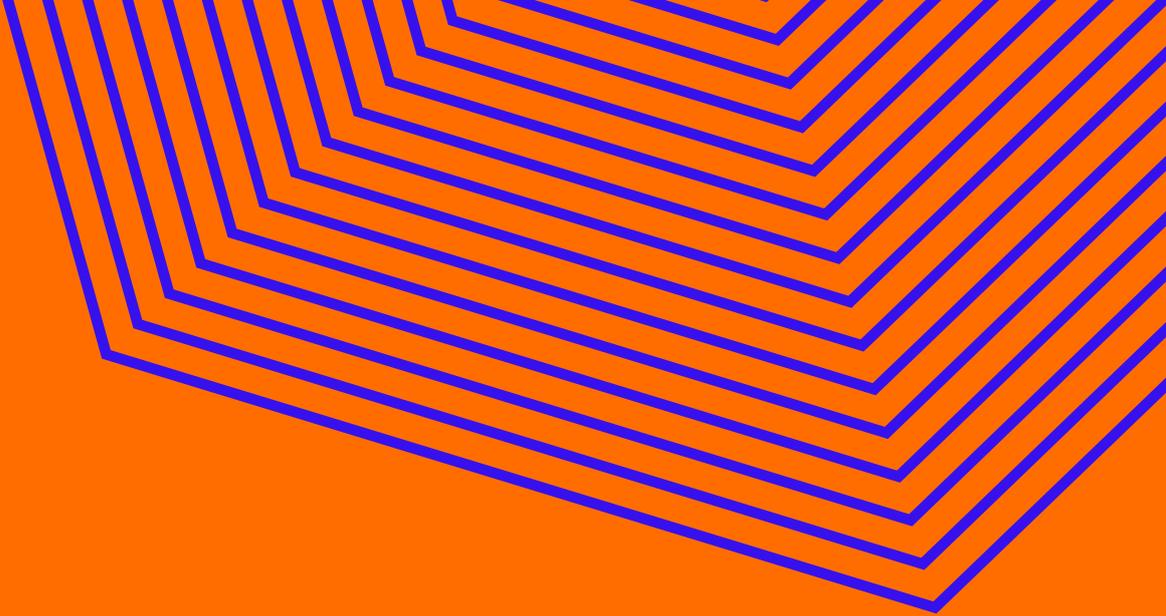
governativa. **Esta não é um privilégio dos pequenos partidos, nem podemos aceitar que seja um exclusivo seu.**

Ademais, urge repensar a atual forma como o PSD elege os seus órgãos nacionais, em vigor desde 2007. A implementação de eleições diretas permitiu que todos os militantes sejam chamados a pronunciar-se sobre o líder que pretendem para o partido. O aumento da base democrática do Presidente do PSD foi uma transformação positiva, que acarretou, todavia, o aumento das piores práticas de caciquismo e simultaneamente “matou” os congressos nacionais.

Discursos de oradores para salas muitas vezes despidas, apresentação de moções temáticas aprovadas por simpatia e que não vinculam o PSD à bandeira subscrita, mesas a perder de vista, frequentemente ocupadas por cadernos e canetas abandonados, mais congressistas à porta do congresso do que sentados nas cadeiras, cientes de que se discute mais política à entrada do que lá dentro. Este é o estado a que os congressos do PSD chegaram. Aqueles que eram momentos políticos de discussão e mediatismo transformaram-se em soturnos entronamentos, despídos de qualquer interesse para o grande público, para a generalidade dos militantes e, tantas vezes, até para os próprios congressistas, apenas animados pela eleição de listas ao Conselho Nacional. **Urge repensar a forma de eleição da liderança do PSD e o papel do Congresso na mesma.**

Os próximos anos serão uma boa oportunidade para o PSD efetuar uma reforma interna. Não acredito que exista um cisma ideológico, um problema de programa ou de identidade no PSD. Acredito, sim, que **o PSD precisa de se reformar e modernizar.** Ser reformista cá dentro. A JSD não pode faltar ao debate. Quero a JSD envolvida no debate pela transformação, modernização e galvanização do nosso partido, a debater todos os temas que ajudem o PSD a ter um futuro mais risonho. Se queremos um PSD grande para a nossa geração, então temos de ir a jogo e ajudar - com as nossas ideias - à reforma interna do PSD.

Neste contexto de maioria absoluta socialista em que nos encontramos, é importante intensificar a oposição que fazemos, mas é também o momento do PSD olhar para dentro de portas e proceder a reformas que o tragam para a linha da frente do combate político no séc. XXI. É impossível que um partido pouco atrativo e parado no tempo seja atrativo para fora de portas, consiga mobilizar os seus militantes e ser apelativo para a generalidade dos cidadãos. Cabe à JSD impelir o PSD a reinventar-se para estar na linha da frente do combate à Governação Socialista e na linha da frente da Alternativa política em Portugal.



NA LINHA
BA FRENTE
ALEXANDRE POÇO

